

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A saída de Juscelino

Para não brigar com o União Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai aceitar quem o partido indicar para substituir Juscelino Filho no Ministério das Comunicações. Tudo será feito de forma negociada entre o Planalto e o comando partidário. A avaliação no Poder Executivo é de que não é hora de brigar com ninguém. A ideia, inclusive, é tratar tudo como alguém que precisa sair para se defender no caso de suspeita de desvio de emendas parlamentares, preservando de desgaste o governo e a própria legenda.

Show do milhão

Nos partidos de esquerda, prevalece a seguinte visão sobre o tema da anistia: o impeachment de Dilma Rousseff só saiu do papel porque mais de um milhão de pessoas foram às ruas cobrando essa decisão do Congresso. Quanto à anistia, foram 45 mil pessoas. Número grande, mas ainda sem a magia necessária.

Conselhos de Sarney

Ao passar todo o horário do almoço falando aos integrantes da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, o ex-presidente José Sarney deu um conselho aos políticos e empresários: "Procurem inovação. Sem ultrapassar isso, não seremos uma grande potência econômica, social, civil e militar".

Por falar em inovação...

O presidente da Câmara, Hugo Motta, indicou a presidente e o relator — respectivamente, Luiza Canziani (PSD-PR) e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) — para tratar do projeto que regulamenta o uso da inteligência artificial. Mas o deputado Kim Kataguirí (União-SP) acredita que a discussão do tema vai demorar: "Queremos enxugar, ter um texto mais objetivo, algo mais direto, como era o projeto inicial da Canziani", disse.

Por enquanto, sem espaço para anistia

Com a isenção do Imposto de Renda e a proposta de emenda constitucional (PEC) da Segurança Pública na roda, dificilmente haverá uma janela para a votação do projeto que anistia os envolvidos no 8 de janeiro de 2023. Os dois temas ocupam e chamam a atenção de todos. Para completar, pegou muito mal entre os partidos de centro o fato de o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), ter ameaçado o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de fazer uma manifestação em João Pessoa para pressionar em favor da proposta. Aliados de Motta repetem o que o presidente já havia dito ao controlar uma balbúrdia no plenário, no início de sua gestão: "Se estão confundindo este presidente, uma pessoa paciente, serena, com um presidente frouxo, vocês ainda não me

conhecem", avisou. Não será na base da ameaça que o PL conseguirá seu intento.

» » »

Ainda que consiga as assinaturas — e Sóstenes afirmou à coluna que já tem 210 —, será preciso convencer a maioria da Câmara, leia-se o Centrão, de que a proposta não provocará uma crise institucional, uma vez que não cabe ao Legislativo determinar a pena para cada um dos acusados. Assim, enquanto segurança pública e Imposto de Renda — temas de interesse de toda a sociedade — estiverem em pauta, vai ser difícil caminhar com a anistia para a turma que depredou as sedes dos Três Poderes.



CURTIDAS

As frentes não estão brincando/ A Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) se reúne hoje para desenhar estratégias na comissão especial da Lei dos Portos, que será instalada na Câmara. Para a tarefa, a frente reforçou sua estrutura e contratou a Action Consultoria, especializada em frentes parlamentares.



Witzel, o retorno/ Ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (foto) esteve em Brasília conversando com o MDB e aproveitou para cumprimentar o ex-presidente Sarney, presidente de honra da legenda. "Já fica aqui o convite para minha posse no Rio, em 2027", disse, interessado em concorrer ao governo do Estado pelo partido.

Mas o caminho é longo.../ Witzel foi afastado do governo estadual em função de denúncias de irregularidades durante a pandemia. Agora, procura um partido para concorrer. "Estou conversando com o MDB, um dos grandes partidos do país", afirmou à coluna.

... e precisa se ambientar no partido/ Apresentado à deputada Elcione Barbalho (MDB-PA), foi todo simpático. "A senhora é da base do governador Helder?" Elcione olhou bem para o governador e sorriu, com ares de quem não entendeu a pergunta: "Sou mãe dele!" Witzel, meio sem graça, emendou: "Ele está fazendo um grande governo!"

CONGRESSO

Líder do governo reconhece que a isenção de quem ganha salário até R\$ 5 mil é a grande matéria do Executivo para este ano

Projeto do IR abre fila de prioridades

» ISRAEL MEDEIROS

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse ontem que, se o governo tivesse que escolher um projeto para priorizar no Congresso, seria o que garante a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O tema é tratado com atenção especial pelo Palácio do Planalto, já que pode ajudar a melhorar a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com vistas às eleições de 2026. "É claro que há outras matérias em tramitação aqui. Não estou dizendo que não serão

votadas. São várias matérias que serão votadas, outros projetos de lei. Mas temos que focar naquilo que é prioridade. Se tivesse uma prioridade, do ponto de vista do governo, é a matéria do Imposto de Renda", disse Guimarães.

As demais pautas mencionadas por Guimarães constam na lista de prioridades do governo para este ano. Depois de se reunir com os vice-líderes do governo na Câmara, ele reforçou a relação de projetos prioritários. Além do IR, tem a PEC da Segurança Pública e pautas que vão da economia à educação. São elas, conforme a lista apresentada pela liderança do

Rafael Barroso/Câmara dos Deputados



Guimarães acredita que há tempo hábil para o texto ser aprovado e passar a vigorar a partir de 2026

governo: 1) isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil; 2) crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada; 3) liberação de saques do FGTS; 4) modernização do Marco Legal de Concessões Públicas; 5) Plano Nacional de Educação (2024-2034); 6) alteração na Lei Aldir Blanc para a cultura; 7) Marco

Legal da Inteligência Artificial; 8) de incentivo à economia circular; 9) reestruturação das carreiras de servidores do Executivo federal; 10) PEC da Segurança Pública; e PEC que renegocia dívidas previdenciárias municipais.

Questionado sobre o prazo para aprovar a proposta que altera o IR, que precisa ser votada na

Câmara e no Senado até o fim do ano para valer a partir de 2026, Guimarães disse estar tranquilo quanto ao prazo. Acredita que o tema tem amplo apoio no Parlamento e na sociedade.

"É uma matéria que a sociedade toda apoia. Tem grande apelo. Portanto, não me preocupo, porque se tem uma matéria boa

e positiva para o país e para o governo, é essa. Portanto, quem vai votar contra? Duvido que o PL vá obstruí-la. Eles tinham me dito até que iriam apresentar emenda para aumentar a isenção", disse o líder do governo.

Embora tenha dado destaque ao texto do IR, Guimarães também comentou que as PECs da lista (a da Segurança Pública e a da renegociação das dívidas previdenciárias dos municípios) terão atenção especial da equipe de articulação política do governo. No caso da PEC da Segurança Pública, avaliou que há espaço para avançar rapidamente, pois o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), comprometeu-se a priorizar a pauta na Casa. "Segurança pública é um tema que nos une. Daremos total prioridade para a discussão desse texto. Vamos analisar e propor as mudanças necessárias o quanto antes. O Brasil tem pressa para avançar com esta pauta", escreveu Motta, em seu perfil no X.

Segundo Guimarães, houve boa receptividade ao tema na reunião com líderes, ontem de manhã. "Os dois representantes da oposição que lá estavam lá elogiaram o texto e disseram que vão colaborar", garantiu.

Felipe Sampaio / STF



Barroso garante que novas funções comissionadas não aumentam custos

Motta acelera propostas do STF e do STJ

Apesar da pressão do PL pela votação da anistia aos presos do 8 de Janeiro, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu, ontem, acelerar quatro projetos de lei de interesse do Poder Judiciário. As matérias, de autoria do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, criam cargos comissionados, varas federais, postos de juízes federais e preenchem vagas em varas federais.

Dessa forma, Motta faz um aceno ao Judiciário e evidencia que não pretende entrar em rota de colisão com o STF e o STJ. O PL da anistia tem o potencial de

reacender o mal-estar que prevaleceu, na gestão de Arthur Lira (PP-AL) à frente da Câmara, entre o Congresso e os tribunais superiores. Com a questão das emendas emperrada por causa de exigências impostas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo, Motta tem cultivado o diálogo sobretudo com o ministro Luís Roberto Barroso, do STF.

A primeira urgência aprovada veio do STF, que cria 160 funções comissionadas no gabinete dos ministros do Supremo. Cada qual desses servidores custa R\$ 3.256,70 mensais. Segundo Barroso, a proposta "não traz aumento no limite para despesas primárias"

e haveria "somente remanejamento interno entre ações".

As outras três propostas são de autoria do STJ. Uma delas transforma 104 cargos de técnico judiciário em 63 novos postos de analista judiciário. O STJ diz que o projeto implicaria na "redução de gastos na ordem de R\$ 74.413,14".

Uma segunda proposição do STJ cria três vagas de juiz federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e solicita o mesmo número de cadeiras para juiz federal substituto no TRF-1. Esses magistrados atuam no Piauí.

A última iniciativa cria oito

varas federais na jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), a serem instaladas em Santa Catarina. Para isso, seriam convertidos nove cargos de juiz federal substituto, na Justiça Federal da 4ª Região, em oito cargos de juiz federal na mesma Corte. O STJ diz que os projetos não implicarão em aumento de despesas.

A votação dos requerimentos de urgência desses projetos, que aceleram a tramitação para já votar em plenário, vai contra um dos principais elementos da campanha de Motta, contrário a esse procedimento, adotado com regularidade na gestão de Lira.